

PESQUISAS

IMPrensa, DITADURA E DEMOCRACIA: A CONSTRUÇÃO DA AUTO-IMAGEM DOS JORNAIS DO GRUPO FOLHA (1978/2004)

Elaine Muniz Pires*

Este texto tem como objetivo contribuir para a compreensão da história da imprensa brasileira na atualidade através do estudo da emergência da Folha de S. Paulo como um dos mais importantes jornais da grande imprensa nacional. Nossa pesquisa se dirige ao estudo da consolidação empresarial do Grupo Folha, suas relações com os governos militares e com a conjuntura das lutas contra a ditadura, pondo em foco a discussão da construção de uma imagem de jornal democrático e independente.

A evidência da imagem que se quer da *Folha de S. Paulo* tem um significado particular na imprensa brasileira, dada a complexidade da história da empresa marcada por diferentes proprietários e defesas políticas diferenciadas. Os principais jornais do conglomerado, as “Folhas”, como são conhecidas as publicações *Folha de S. Paulo*, *Folha da Tarde*, *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*, em seus respectivos contextos, nunca gozaram de uma imagem pública bem delineada. Suas imagens variaram no decorrer de suas trajetórias, diferentemente de concorrentes como *O Estado de S. Paulo*, que há algum tempo possui uma imagem reconhecida de jornal conservador e liberal entre o público leitor. As mudanças nas linhas editoriais, as alterações no comando da empresa, os lançamentos, relançamentos e a aquisição de diferentes publicações são alguns dos fatores que contribuíram para a dificuldade encontrada na instituição de uma imagem para a empresa.

O Grupo Folha é formado atualmente pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *Agora São Paulo*, pela empresa de acesso à internet Universo Online (UOL), pela editora Publifolha, a agência de pesquisas Datafolha, além de outras empresas gráficas e de produção da notícia, como a Folhapress. Suas origens remontam ao 1921, quando do lançamento da *Folha da Noite* por Olival Costa, Pedro Cunha, Léo Vaz, Mariano Costa, Ricardo Figueiredo, Antonio dos Santos Figueiredo e Artêmio Figueiredo. Esses jornalistas, que trabalhavam n’*O Estado de S. Paulo*, visando criar um jornal que atingisse públicos leitores diferenciados, inauguraram uma publicação vespertina que dava ênfase às reportagens em detri-

mento de artigos, e que continha seções e linguagens diferenciadas. Em 1925, foi lançado o matutino *Folha da Manhã*, com apresentação e linguagem mais próximas da imprensa tradicional, concorrendo diretamente com *O Estado de S. Paulo*.

Segundo os fundadores, as “Folhas” priorizavam uma linguagem simples e a independência em relação a partidos, adotando o jornal opiniões flexíveis de acordo com as necessidades. No entanto, a partir de 1929, a *Folha da Manhã* apoiou a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República, o que lhe rendeu o empastelamento em outubro de 1930.

As “Folhas” só voltariam a circular em janeiro de 1931, quando Octaviano Alves de Lima comprou a empresa, denominada Empresa Folha da Manhã Ltda. Fazendeiro e comerciante de café, os assuntos relativos à agricultura e à exportação do produto passaram a ser acompanhados de perto e o jornal abriu sucursais no interior. Ao defender a vocação agrária do país e criticar as medidas governamentais voltadas à industrialização, o público alvo deixou de se constituir principalmente de setores da classe média: o jornal voltava-se à elite.

Com o fim do Estado Novo e a volta à democracia, o Brasil conheceu um acelerado processo de industrialização. Enterradas as esperanças dos setores agrários na unificação dos interesses e sua defesa pelo Estado, em 1945 Octaviano vendeu a Empresa Folha da Manhã para José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Meirelles. Os novos proprietários assumiram as redações pretendendo defender a democracia e manter a imparcialidade em relação aos partidos políticos. Em 1949, lançaram mais uma publicação: a *Folha da Tarde*.

Nabantino implementou um processo de reformulação e modernização do jornal: estabeleceu critérios para a confecção da mensagem, inaugurou em 1953 a sede própria da empresa na Alameda Barão de Limeira, centro de São Paulo, e unificou as “Folhas” em 1º de janeiro de 1960 na *Folha de S. Paulo*, que passou a ser a única publicação da empresa. Começou a vigorar, nesse período, a concepção de neutralidade e objetividade jornalística. Porém, o esforço expresso nessas remodelações e a conjuntura econômica nacional não propiciaram o sucesso financeiro da empresa, impelindo Nabantino a vendê-la.

Em agosto de 1962 teve início o período fundamental para constituição do conglomerado. A Empresa Folha da Manhã passou para o controle dos empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, encerrado recentemente. Frias era proprietário de empresas de variados ramos como a Estação Rodoviária de São Paulo e a Transaco, especializada na venda de ações diretamente ao público, além de ser um dos maiores granjeiros do país. Caldeira tinha origens na construção civil.

A historiografia produzida sobre o jornal é unânime em afirmar que, pouco íntimos dos meios de comunicação, Frias e Caldeira investiram nos anos 60 e 70 na reorganização

do empreendimento e no saneamento das dívidas através da modernização tecnológica, da renovação do sistema de distribuição de seus produtos e do estabelecimento de uma estratégia de crescimento voltada à aquisição de gráficas e publicações. Nos anos 80, quando a ditadura militar instituída no Brasil em 1964 entrava em seus momentos finais, a empresa remodelou sua estratégia e a *Folha de S. Paulo* tornou-se o jornal de maior circulação no país em 1986, posto mantido até os dias atuais sob o comando de Otávio Frias Filho, filho do principal proprietário do Grupo Folha.

O falecimento de seu pai, Octávio Frias de Oliveira, considerado um dos “barões” da imprensa brasileira, em 29 de abril de 2007, aos 94 anos, marcou uma série de debates sobre o papel da mídia na sociedade brasileira e trouxe à tona questionamentos sobre a imagem criada pelo e para o Grupo Folha nas últimas décadas. Enquanto o proprietário era aclamado como um dos principais responsáveis pelo retorno da democracia ao país na década de 1980 pela maioria das personalidades que lhe renderam homenagens, memórias dissonantes eram reveladas.

Poucos dias após sua morte, Hamilton Octávio de Souza e Vasco Oscar Nunes, jornalistas da Folha entre 1983 e 1986 e de 1970 a 1979 respectivamente, publicaram no portal “Comunique-se” - e posteriormente no site do “Observatório da Imprensa” - suas versões sobre o empresário “*para não deixar que a história seja reescrita conforme os interesses dos poderosos*”. Nunes citou, entre outros exemplos, a censura praticada e os agentes do Departamento de Ordem Política e Social que trabalharam na sede da empresa. E assim definiu Frias:

Frias era, como se diz, um ‘come quieto’, um ‘por dentro, pão bolorento, por fora bela viola’... Qualquer pessoa que o conhecesse o julgava uma ótima pessoa. Cortez, gentil, amigável, fala mansa, um diplomata, um ‘gentleman’. Mas no recôndito do seu egoísmo era um ditador. (Portal Comunique-se, 14/05/2007)

No dia sete de maio de 2007, o jornalista Edgar Olímpio de Souza publicou na “Revista Meio & Mensagem” o texto “Nem tão liberal assim” sobre Octávio Frias de Oliveira. O *box* presente no obituário de Frias rendeu a demissão do editor adjunto da revista, Constâbile Nicoletta, e uma greve na redação. No texto, o jornalista Edgar lembrava críticas do também jornalista Mino Carta às posições da empresa, favoráveis ao golpe de 1964:

O liberal Frias teve, de fato, uma história controversa em suas posições políticas. Logo ao comprar a ‘Folha’, teria feito do jornal um instrumento a serviço da conspiração golpista. Estampava manchetes sensacionalistas contra o ‘perigo comunista’ e assinava editoriais contra ‘a corrupção e a subversão’. Na fase mais aguda da ditadura militar, por exemplo, a ‘Folha da Tarde’, também do grupo, divulgava a morte de terroristas em emboscadas policiais quando estes ainda estavam na prisão. (Revista Meio & Mensagem, 07/05/2007)

Trazendo à tona novas lembranças, até à custa de seus empregos, esses jornalistas revelaram um movimento de contestação da constituição da auto-imagem do principal jornal do Grupo Folha, a *Folha de S. Paulo*, em que a figura do proprietário é apenas a parte mais recente deste processo.

Os questionamentos sobre a *Folha da Tarde* se devem ao fato de que, durante a ditadura militar, enquanto a *Folha de S. Paulo* não explicitava a defesa pelo regime militar em seu conteúdo, a *Folha da Tarde* fazia sua defesa deliberada. A maneira como reproduzia as informações advindas dos órgãos de repressão e o fato de possuir jornalistas policiais levaram a *Folha da Tarde* a ficar conhecida como o “jornal de maior tiragem do país”, em alusão aos “tiras” que trabalhavam na redação, e “diário oficial da OBAN”. Há ainda outras acusações que a empresa enfrenta sobre o período, como a ligação dos proprietários com militares e governantes, o uso de carros por centros de tortura, a linha editorial adotada, a prática da autocensura e os financiamentos concedidos pelo governo.

Essas polêmicas sobre a trajetória da empresa durante a ditadura militar começaram a afetar a imagem do Grupo Folha em 1999, quando publicações demonstraram a preocupação de ajustar as contas com esse passado contraditório. Até esse período, apesar de já existirem questionamentos sobre a temática, a empresa se concentrou em promover uma reformulação editorial de seu jornal carro-chefe, a *Folha de S. Paulo*, e de investir no reforço de uma imagem democrática para o jornal, possível a partir da ampla cobertura da campanha pelas Diretas-já em 1984. Essa imagem se confundia com a do grupo, enquanto que a atuação da *Folha da Tarde* durante a ditadura militar podia prejudicar os lucros e o crescimento de participação da empresa no mercado de comunicação nacional.

Ao nos depararmos com essas obras, que apresentam diversos aspectos de uma mesma história e interpretações produzidas sobre o Grupo Folha durante a ditadura militar brasileira, percebemos a importância da construção da imagem da *Folha de S. Paulo* a partir da década de 1980 e as implicações que as disputas por essas memórias poderiam trazer para a manutenção do prestígio e da vendagem de produtos, de onde deve surgir o interesse da empresa em tornar-se dona de sua história. Essas questões, emergidas através da análise das fontes e da pesquisa bibliográfica, nos levaram a investigar o processo em curso de construção da imagem do principal jornal do Grupo Folha, a *Folha de S. Paulo*, a partir da década de 1980, e os questionamentos sobre a legitimidade de sua auto-imagem, preocupação da empresa nos anos 2000.

A produção de um documento interno em 2004, intitulado *O Regime Militar e a Folha*, reflete a necessidade de reconstrução de uma interpretação sobre a atuação da empresa durante a ditadura militar, questionada naquele contexto (PILAGALLO, Oscar. 15/09/2004). A publicação de trabalhos como *Censura, Imprensa e Estado Autoritário*, de

Maria Aparecida de Aquino (SP: Edusc, 1999), naquele ano, e, em 2000, de *Um Acordo Forçado*, de Anne-Marie Smith (RJ: FGV, 2000), apesar de não se debruçarem especificamente sobre a *Folha de S. Paulo*, apontam o exercício da autocensura no principal jornal do Grupo Folha durante o período de censura à grande imprensa (1969-1975), fato que vai de encontro com a defesa da empresa, até então em voga, de que o jornal resistiu. Em 2004, a publicação de *Cães de Guarda: jornalistas e censores*, de Beatriz Kushnir (SP: Boitempo, 2004), que detalha as relações da *Folha da Tarde* com o regime militar, coroou esse processo de questionamentos, que repercutiu num esforço interno da empresa de resgate e escrita de sua história, buscando a continuidade da construção da auto-imagem da *Folha de S. Paulo* relacionada à defesa de eleições diretas em 1984.

As fontes principais de nosso trabalho concentram-se nas produções da empresa associadas à construção de seu passado e de sua auto-imagem, como as obras a *História da Folha de S. Paulo* (MOTA, Carlos Guilherme. SP: Impres, 1981), *O Brasil em Sobresalto* (PILAGALLO, Oscar. SP: Publifolha, 2002), *Mil Dias* (SILVA, Carlos Eduardo Lins da. SP: Trajetória Cultural, 1988) e o documento interno *O Regime Militar e a Folha*, de 2004. Para o enriquecimento dessa perspectiva, tornou-se necessário abordar também editoriais e reportagens que associam o jornal à Campanha das Diretas-já, os documentos do Projeto Folha, lançados entre 1978 e 1988, e peças publicitárias lançadas entre os anos 80 e 90.

Nosso trabalho se inicia com a análise da atuação da *Folha de S. Paulo* no processo de construção de sua imagem voltada à defesa dos valores democráticos, sobretudo a partir de seu engajamento na Campanha pelas Diretas-já. Para cumprir esse intento, foi necessário o resgate de uma tradição de jornal pluralista e independente dos governos, até então pouco reivindicada pela empresa, e a elaboração de um projeto de jornal que fixasse normas e estilos de produção da notícia.

Em um segundo momento, discutimos como a auto-imagem da Folha continuou a ser reforçada nas décadas de 80 e 90 através de estratégias de marketing e de publicações que rememoravam a participação da Folha na campanha das Diretas-Já, concomitantemente à reformulação do jornal implementada a partir do projeto editorial e do *Manual de Redação*. O novo período, inaugurado principalmente pelo diretor de redação Otávio Frias Filho a partir de 1984, foi marcado pelo anúncio incessante de uma objetividade jornalística e da execução de técnicas de produção da notícia identificadas com a lógica empresarial, em detrimento de uma cultura jornalística em voga até o início dos anos 80 e de um projeto editorial baseado em princípios democráticos proposto por Cláudio Abramo. A adoção da centralização do poder editorial nas mãos do diretor de redação, apesar de contraditória, foi responsável pela continuidade da afirmação de uma imagem relacionada ao processo de redemocratização, definida como estratégia de crescimento comercial.

Por último, analisamos um processo iniciado a partir de 1999, em que produções acadêmicas trouxeram à tona polêmicas relacionadas ao Grupo Folha e suas relações com o regime civil-militar brasileiro. A autocensura praticada pela *Folha de S. Paulo*, o apoio e participação no golpe militar de 1964, o papel conferido à *Folha da Tarde* em relação à repressão e os contatos entre os proprietários do jornal e os militares põem em xeque a imagem construída de defesa democrática. Para tanto, analisamos as produções institucionais a partir de 2001, que não só debatem os questionamentos emergidos, mas propõem respostas e a assunção por parte da empresa de aspectos escusos de sua trajetória, trazendo-lhes significados que permitem a manutenção da imagem em constante construção de jornal democrático para a *Folha de S. Paulo* e o grupo de que faz parte.

A análise que realizamos procurou elucidar as tramas de poder em que estão envolvidos os meios de comunicação, principalmente o seleto grupo de empresas familiares que monopoliza a mídia brasileira e que se consolidou no decorrer da ditadura militar. Entendemos que a grande imprensa é parte integrante e sustentadora da autocracia burguesa em suas mais diversas facetas, em tempos de ditadura e de democracia.

Diferentemente de autores que intitulam o regime político instalado no Brasil entre 1964 e 1985 como autoritarismo, defendemos esse movimento como uma forma bonapartista de autocracia burguesa em que, preocupada com a continuação de sua dominação política, a burguesia procurou unir os estratos conflitantes em torno de um único objetivo: a autodefesa de seus interesses. Não entendemos que existisse uma ameaça real de tomada do aparelho do Estado pelas classes trabalhadoras no governo de João Goulart. Para nós, os setores burgueses se uniram nesse contexto sobretudo diante das pressões sociais emergidas no governo de João Goulart, reflexo de projetos sociais antagônicos implementados, e da resistência de setores proprietários associados ao imperialismo internacional relacionada à aprovação das reformas de base.

Preocupados em manter sua dominação política e econômica, os setores proprietários precisavam unir-se em torno de um ideal comum para seu fortalecimento e para a continuidade do desenvolvimento capitalista. Esse consenso necessário só seria possível através de uma aparente ruptura com a ordem vigente e com a execução de um governo que intensificasse a opressão e a repressão visando o esvaziamento do poder de reação das classes dominadas e de setores divergentes da burguesia. O elo forte dessa cadeia foi representado pelas Forças Armadas, que deram uma nova face ao poder político burguês, aparentando uma ruptura com o modelo anterior, mas continuando a servir aos interesses burgueses indiretamente, de maneira ditatorial, repressiva e opressiva.

Em relação à atuação da imprensa, identificamos sua participação como um dos sustentáculos na conspiração do golpe e para a manutenção do regime militar. A maioria dos veículos de comunicação emitia editoriais e reportagens apontando o “perigo vermelho”

no país, além de participar de encontros para promoção do movimento. Dada a concepção adotada, vemos essa relação como fruto da união dos setores da burguesia, em que está incluída a grande imprensa. Para nós, os veículos de comunicação de propriedade burguesa decidiram promover o golpe militar e legitimar os governos constituídos após 1964 por verem atendidos seus interesses capitalistas e de manutenção de classe no poder.

Como na derrocada do golpe militar de 1964, a mídia teve destacado papel na campanha das Diretas-já. Desde o início do processo de “distensão política”, a maior parte da mídia apoiou a abertura dirigida pelo governo defendendo a transição de maneira ordeira, em consonância com os projetos governamentais, e aproveitando-se das manifestações sociais para sua autopromoção. A *Folha de S. Paulo*, que emergiu como um dos principais jornais do país em 1986, o de maior circulação até os dias atuais, constitui um dos melhores exemplos desse processo e da imbricação/relação entre imprensa e Estado, não assumida. O prestígio e o crescimento em venda alcançados são resultados da remodelação do projeto editorial da empresa e, sobretudo, da construção de uma auto-imagem de jornal realizada a partir da década de 80, que nega a defesa de interesses governamentais pelo Grupo Folha.

A base de sustentação dessa imagem se encontra na rememoração de um passado institucional legitimador dos princípios de democracia e independência, constantemente reconstruído na busca da empresa de tornar-se dona de sua história e silenciar questionamentos que possam ferir o prestígio alcançado. Nesse sentido, a empresa resolveu promover obras sobre sua trajetória, inicialmente com a assinatura de historiadores prestigiados, mas posteriormente contando apenas com o método de trabalho jornalístico.

A manutenção a duras custas de uma imagem do jornal e da memória institucional significou e significa para a Folha sua sustentação no mercado jornalístico e a manutenção do lugar alcançado enquanto grupo de mídia. A própria lógica de produção da notícia diretamente relacionada ao mercado e baseada na pretensa objetividade jornalística, inaugurada com o Projeto Folha e o *Manual de Redação*, encontraria grande dificuldade de êxito não fosse a cobertura dada pelo jornal à campanha das Diretas-já. E, por outro lado, a suposta busca da construção da notícia de maneira objetiva e com pouca interferência da opinião do jornalista foi usada para justificar o princípio de independência defendido, construído com uma idéia de distanciamento da empresa em relação ao governo, demonstrado nessa perspectiva em 1984. No entanto, o fato do Grupo Folha defender o fim da ditadura militar significava mais um apoio ao argumento distensionista dos governos militares do que a independência defendida, assim como esse princípio se encontrava ausente em momentos anteriores de seu passado.

O movimento em prol da legitimação da imagem da *Folha de S. Paulo*, iniciado em 1981 ganhou em 1984 um trunfo que garantiu a associação do jornal à independência defendida em relação aos governos. Nesse ano, a ampla cobertura dada à Campanha das Diretas-Já permitiu à empresa reivindicar o título de jornal democrático, mesmo que a decisão de participar das movimentações sociais a favor de eleições presidenciais diretas fizesse parte de uma estratégia acordada com o projeto de “distensão e abertura política” promovido pelos governos militares. Nesse sentido, a ausência de independência foi remodelada pela empresa a favor da imagem que se queria construir do jornal. O próprio conceito de democracia - que para a *Folha de S. Paulo* significava a representação e limitação da participação social nas estruturas do Estado através do voto e admitia na defesa da ordem burguesa a implantação de regimes políticos coercitivos - passa a ser transmitido como sinônimo da independência em relação ao governo, sendo afastadas do debate as ocasiões em que a empresa colaborou, como na promoção do golpe militar de 1964. O papel desempenhado pela *Folha da Tarde*, outro jornal do grupo, durante a ditadura também deixou de integrar a memória da empresa a partir de então, já que a atuação colaboracionista e de defesa explícita das políticas governamentais e da repressão estatal não se encaixa bem à imagem em construção do principal jornal do Grupo e, como consequência, à imagem da própria empresa, que se confunde até os dias atuais com a da *Folha de S. Paulo*.

Com a repercussão inesperada da campanha das Diretas-Já, a empresa implantou ainda em 1984 o Projeto Folha e o *Manual de Redação*, que alteravam a forma de produção da notícia e programavam o investimento maciço em marketing, visando a reforçar a auto-imagem da *Folha de S. Paulo* e aumentar os lucros.

No entanto, a estratégia de utilizar-se da memória para legitimar seu lugar nas estruturas de poder voltou-se contra o Grupo Folha nos anos 2000, quando obras acadêmicas começaram a debater a atuação da *Folha da Tarde* durante a ditadura militar, além de questionar a autocensura empregada pela *Folha de S. Paulo* e as relações dos proprietários do jornal com personagens importantes dos governos militares. A empresa se viu obrigada a fazer um ajuste de contas com seu passado e a reconhecer a *Folha da Tarde* como uma co-irmã da *Folha de S. Paulo*, admitindo que sua trajetória colaboracionista com os governos militares - e sensivelmente ligada aos órgãos de repressão - também integra a história da empresa e contradiz os princípios democráticos e independentes aclamados para a Folha.

Apesar desse processo se realizar partindo da negação da responsabilidade da empresa em todos os questionamentos levantados, a auto-imagem em construção para a *Folha de S. Paulo* e, em extensão, para o Grupo Folha, sofreu um golpe profundo e fez

com que a memória da empresa incorporasse uma leitura sobre as denúncias dirigidas ao grupo, dando-lhes, porém, conotação atenuada e não as reconhecendo enquanto política empresarial.

Essa análise demonstra como a *Folha de S. Paulo* conseguiu alcançar um grande prestígio e tornar-se um dos maiores jornais do país na década de 80, a partir da modelação e fabricação constante de uma auto-imagem para o jornal que não se efetiva ao longo de sua história. Independência em relação aos governos, que às vezes significa também defesa das liberdades democráticas ou da liberdade de empresa, se constitui para a *Folha* como um princípio concreto no plano teórico, já que, de fato, a maior parte da mídia nacional não tem caráter estatal. No entanto, dada sua conformação enquanto uma das esferas do poder burguês que, portanto, defende sua manutenção no comando do Estado e os interesses próprios da imprensa, em várias situações, a imprensa sente a necessidade ou decide simplesmente defender as políticas governamentais. Assim, essa independência não se efetiva na maioria das situações, já que a grande imprensa critica aspectos da política governamental, mas não necessariamente a natureza ou a estrutura do Estado. E os benefícios de manter relações amistosas com os grupos que dominam a máquina estatal são inegáveis, haja vista a consolidação dos meios de comunicação nacionais durante o regime militar. A independência pode ser de fato em relação ao governo, mas não em relação ao Estado, o que implica num mecanismo muito intrincado e de difícil dissociação.

Assim como o restante da mídia, a *Folha* dá exemplos de como essa articulação entre as esferas de poder burguês é estreita. De maneira ainda mais intensa que outros veículos da imprensa escrita, a empresa colaborou com a instalação e manutenção da ditadura militar, assim como com os seus métodos repressivos; apoiou e promoveu o projeto de “distensão e abertura política” a partir do governo Geisel; auxiliou o processo de eleição de Fernando Collor de Mello.

A mensagem que fica deste trabalho é para a reflexão sobre as artimanhas e maneiras como se estrutura o poder da mídia, como integra os desígnios do Estado e como manipula sua função e seu papel, fazendo transparecer uma imagem irreal para a sociedade da maneira como notícia e de sua própria configuração, como alimenta um sentido puramente informativo e recobre com maquiagem as relações concretas e interesses que norteiam sua constituição.

Recebido em agosto/2007; aprovado em outubro/2007.

Notas

* Mestranda do Programa de Estudos Pró-Graduados em História da PUC-SP.